



SOARES, Baíza Faustino. **Dotadas de Bens: Os Enlaces Matrimoniais no Sertão de Piranhas e Piancó (Capitania da Paraíba do Norte, Século XVIII)**. Dissertação- (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, p.54-73, 2017.

SOARES, Baíza Faustino. Vestígios de dotes: As alianças Matrimoniais no Sertão de Piranhas e Piancó (Capitania da Parahyba do Norte, 1740-1790). **XVII, Encontro Estadual de História, ANPUH-PB**. V.17, n.1, 2016.

SILVA, Leticia Ferreira da; CASTILHO, Maria Augusta de. Brasil Colonial: As mulheres e o imaginário social

SILVA, Luísa Stella de Oliveira Coutinho. O Saber Médico e o Corpo das Mulheres no Brasil Colonial: A Tradição Médica Na Metrópole da Capitania da Paraíba. **Iberamericana**, v.19, p. 145-172, 2019.

SILVA, Luísa Stella de Oliveira Coutinho. “Evidencias do Cotidiano das Mulheres na Paraíba Colonial (1585-1630)”. **Portuguese Studies Reivew**, v. 22 no 2, julho 2014 pp.2

ENTRE O QUEER E O DECOLONIAL: A ESCOLA COMO UM ESPAÇO DE DEBATE DAS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Joelma Gomes Dantas
Universidade Federal de Campina Grande
joelma.gomes@estudante.ufcg.edu.br

Ysla Maria Farias
Universidade Federal de Campina Grande
ysla.maria@estudante.ufcg.edu.br

Janylle Lima de Sousa Alves
Universidade Federal de Campina Grande
janylle.lima@estudante.ufcg.edu.br

RESUMO: Esse artigo tem como objetivo central refletir sobre a abordagem do espaço escolar a partir das perspectivas decoloniais e da teoria queer, no âmbito das discussões de gênero e sexualidade. A proposta é envolver o espaço escolar em debates sensíveis que vão ao encontro das questões identitárias de gênero, sexualidade e questões emergentes direcionadas ao público jovem no ensino médio. As experiências abordadas serão as vivenciadas no projeto de extensão Gênero, Sexualidade e Educação, vinculado à PROBEX/UFCEG no Centro de Formação de Professores no campus de Cajazeiras-PB. O projeto atua em uma escola estadual da Cidade de Cajazeiras, a partir de encontros quinzenais no formato de oficinas. Sendo assim, a pesquisa



envolve diálogos com Guacira Lopes Louro (2001), Berenice Bento (2011), Maria Lugones (2014).

Palavras-chave: Ensino de História; Gênero; Sexualidade; Teoria queer; Ensino Decolonial.

Introdução

Esse artigo foi pensado e desenvolvido a partir da execução do projeto de extensão “Gênero, sexualidade e educação” vinculado à PROBEX/UFCEG no Centro de Formação de Professores no campus de Cajazeiras-PB, coordenado pela Prof^a. Dr^a Rosemere Olimpio de Santana, que esteve em vigência durante o segundo semestre de 2023. O projeto tem como objetivo levar as discussões sobre as temáticas relacionadas a gênero para o ensino básico, tendo foco principalmente nos jovens do ensino médio. O projeto foi mediado pelo diálogo entre as teorias que pensam a questão de gênero e sexualidade, como a teoria queer e o pensamento decolonial, fazendo uma ponte com o ensino de história e com as práticas pedagógicas que foram utilizadas para colocar o projeto em prática na sala de aula.

Inicialmente, é preciso discutir um pouco sobre como a educação e o ensino podem ser pontes para discutir assuntos que são necessários no entendimento sobre os problemas de nossa sociedade e o que vivenciamos no dia a dia. A escola é um lugar de vivência e é também extremamente importante na formação do indivíduo. É nela que o aluno terá acesso a outras realidades, conhecendo pessoas e costumes diferentes, é onde vai entrar em contato com conhecimentos que poderão transformar a sua vida. Mas é importante ressaltar que, cada escola é uma realidade diferente, o contexto econômico e social que a envolve vai determinar como essa instituição irá conduzir os alunos em sua educação e na sua formação social.

A escola deve ser um lugar de múltiplas possibilidades, que acolha as necessidades e dificuldades do aluno, e que forneça uma educação que busque incluir todos. Porém, sabemos que esta é uma realidade distante, e antes de levar um debate muito aprofundado para a sala de aula, é necessário entender a realidade dos alunos, com quem será discutido a temática, e compreender como eles enxergam e quais noções eles possuem sobre as problemáticas envolvendo gênero.

A falta desses debates pode ser percebida nas próprias interações entre os alunos na escola, onde vemos um alto índice de violência e bullying dentro desse ambiente motivados por homofobia, transfobia, e outros preconceitos com colegas que demonstram um comportamento



fora do padrão cis heteronormativo, imposto e enraizado na nossa sociedade como o “correto” e “normal”. A decadência de discussões que envolvam esse problema é justificada também por uma dificuldade de levar esse debate para a escola, onde muitas vezes há resistência por parte da própria escola e seus currículos pedagógicos, e também dos alunos e do meio social que a compõem. É daí que nasce a urgência de resistir e levar esse debate para a sala de aula, na tentativa de facilitar o acesso dos alunos a essas discussões.

Além disso, é preciso encurtar a distância entre a escola com o que é produzido academicamente, fazendo com que esses debates sejam pensados do ponto de vista pedagógico, e como é possível adaptar o assunto para o espaço escolar. Sabemos que durante o período escolar, o jovem irá viver momentos de crises de identidade e auto conhecimento, e isso afeta nas relações com outras pessoas, e durante esse período, muitas dessas questões não são acolhidas e apoiadas por esse ambiente, o que acaba gerando momentos de frustrações naquele espaço, principalmente em relação a identidade de gênero e a sexualidade. Além de, claro, como foi mencionado previamente, resultar em casos de bullying e de preconceito. A escola é a porta para o mundo para esses jovens, portanto se faz extremamente necessário que essas questões sejam presentes em seu caminho.

Pensando nesses cenários no espaço escolar, o projeto dialoga com essas discussões a partir do ensino de História, que como é colocado por Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro e Fernando Araújo de Penna (2011), deve agir como um lugar de fronteira, tanto como prática pedagógica, como objeto de pesquisa. Sobre esse lugar de fronteira, os autores acrescentam que: “A fronteira é lugar onde são demarcadas diferenças, mas onde também é possível produzir aproximações, diálogos, ou distanciamento entre culturas que entram em contato. “ (2011, p.194). Desse modo, o ensino de História deve usar essa fronteira para produzir conhecimento que dialogue com as diferenças, mostrando que existe a possibilidade de traduzir suas teorias para a sala de aula, pensando em diferentes abordagens pedagógicas que alcancem a realidade dos alunos.

Utilizamos então, para produzir esse diálogo e encurtar essas fronteiras, teorias que nos ajudam a questionar o modelo e o padrão de comportamento e identidades que foram normalizados e construídos historicamente. Existe uma produção de masculinidades e feminilidades que se resultam em normas de gênero, a fim de determinar uma performatividade



que seja adequada a quem se beneficia com esse sistema de comportamento. Diariamente esses discursos são reproduzidos e reconstruídos para sustentar uma engrenagem que pretende controlar as relações sociais e manter esse modelo que regulamenta o comportamento das pessoas que perfomam fora desse padrão cisgênero e heteronormativo, originado de uma sociedade patriarcal.

Dessa maneira, produzimos oficinas que contasse com a participação direta dos alunos, os fazendo ativos nessa construção de conhecimento coletivo, e nos primeiros encontros tentamos conhecer como era o contato e o acesso dos alunos com essas questões, e o que eles compreendiam sobre essa temática, mesmo que superficialmente. Com isso, tínhamos a intenção de se aproximar do conhecimento dos alunos e pensar em como traduzir a teoria queer e a decolonialidade para a prática pedagógica, construindo diálogos com o meio acadêmico e a realidade escolar, se adaptando para a necessidade dos alunos.

Entre o Queer e o decolonial: Pensando a juventude contemporânea

A Teoria Queer tem em sua abordagem a crítica sobre questões e normas tradicionais sobre identidade de gênero e sexualidade e seu rastro histórico permeia as décadas de 1980 e 1990, entrando como possibilidade além, do que já vinha sendo discutido prioritariamente por teorias feministas e o Queer. Tal perspectiva foge do que os movimentos anteriores percebiam sobre as categorias feminino e masculino, a teoria Queer percebe essas categorias além de classificações binárias e busca desconstruí-las.

Desse modo, originalmente a palavra “Queer” remetia ao “estranho” ou “fora do comum” até mesmo tida como xingamento em algumas regiões ocidentais, sendo reapropriada como termo identitário para a comunidade LGBTQIAPN+. Entretanto, assume uma posição mais ampla de discussão, questionamento e desconstrução de normas tradicionais de gênero e sexualidade. Guacira Louro aponta:

A desconstrução das oposições binárias tornaria manifesta a interdependência e a fragmentação de cada um dos pólos. Trabalhando para mostrar que cada pólo contém o outro, de forma desviada ou negada, a desconstrução indica que cada pólo carrega vestígios do outro e depende desse outro para adquirir sentido. A operação sugere também o quanto cada pólo é, em si mesmo, fragmentado e plural. Para os teóricos/as queer, a oposição heterossexualidade/ homossexualidade – onipresente na cultura



ocidental moderna – poderia ser efetivamente criticada e abalada por meio de procedimentos desconstrutivos (Louro, 2001, p.548).

Nesse sentido, o Queer vai de encontro ao desconstruir, revelar marcas discursivas que enfatizam dicotomias e formas mútua de afirmação de sujeitos e identidades. É um movimento teórico com muitas ligações e uma das principais autoras para pensar esse elemento discursivo é a mais destacada Judith Butler, analisa essa marca discursiva e como a mesma funda as noções de sexo, sexualidade e gênero. Butler enfatiza como as sociedades vão seguir normas de materialização e regularização do sexo e sujeitos, seriam as tais “normas regulatórias” que frequentemente reconhecidas e repetidas chegam ao resultado de materialização e regulação desses sujeitos. Butler argumenta:

Como resultado, a construção é ainda entendida como um processo unilateral, iniciado por um sujeito anterior, fortalecendo aquela suposição da metafísica do sujeito de que onde existe atividade, ali espreita, por detrás, um sujeito iniciador e intencional. De acordo com essa visão, o discurso ou a linguagem ou o social tornam-se personificados e, nessa personificação, a metafísica do sujeito é reconsolidada (Butler, 2000, p.117).

À vista disto, o que Butler vem nos apresentar é que tais normas têm um caráter performativo e personificado, tendo sua forma de atuação repetitiva e continuada enfatizando a materialidade anterior ao sujeito ao qual é nomeado; acontece continuamente a reinteração do gênero sob a ótica heterossexual. A performatividade ocorre a partir desse movimento de linguagem, discurso que constrói o sujeito e seu corpo; assim, essa performatividade é também relacionada à construção de corpos que não estão nessa lógica discursiva. Judith Butler esclarece:

Se a materialidade do sexo è demarcada no discurso, então esta demarcação produzirá um domínio do "sexo" excluído e deslegitimado. Portanto, será igualmente importante pensar sobre como e para que finalidade os corpos são construídos, assim como seni importante pensar sobre como e para que finalidade os corpos não são construídos, e, além disso, perguntar, depois, como os corpos que fracassam em se materializar fornecem o "extenor" quando não o apoio necessário, para os corpos que, ao materializar a norma, qualificam-se como corpos que pesam (Butler, 2000, p.124).

Logo, Butler nos apresenta o sujeito “abjeto” o que foge da norma discursiva, classificado como “exterior”, tal sujeito “exterior” se coloca no jogo de indispensabilidade entre



os que materializam a norma, que são tidos como importantes e o seu exterior os que se desprendem da normativa, demarcando assim essa dualidade de sujeitos.

Ao frisar tais implicações, chega-se a resolução de que para defender a integração da homossexualidade ou demarcar essa comunidade, mesmo que estando munido das concepções de sexualidade natural ou socialmente construída, essas afirmações não estão fora da norma heterossexual e são inevitavelmente construídas dentro de um mesmo quadro de referências. Dessa maneira, Guacira Louro frisa: “A afirmação da identidade implica sempre a demarcação e a negação do seu oposto, que é constituído como sua diferença. Esse ‘outro’ permanece, contudo, indispensável” (2001, p.549).

Portanto, entender essa demarcação e negação do outro a partir de uma afirmação identitária como objeto que assombra a norma e a deixa instável, no sentido de revelar essa mútua constituição dos opostos, proporcionando questionar as estruturas pelas quais a norma se concretizou, em termos de sexualidade e gênero, tidos como incrivelmente naturais. Nesse âmbito, ao ter consciência da possibilidade de torna-se confluyente com o sistema ao qual critica, os teóricos da Teoria Queer propõem-se a trazer uma nova perspectiva agora pós identitária.

Teria agora uma abordagem metodológica que percebe a oposição heterossexual/homossexual e essa crítica se desenvolve a partir do situar tal categoria de oposição como central na organização social, no conhecimento, e também entre os sujeitos. Uma nova perspectiva que rompe com a ordem dicotômica e vai além, para uma epistemologia que reconhece a marca e efeitos dessa norma, está vinculada ao reconhecimento de cultura, estrutura discursiva, contextos e seus mecanismos.

As perguntas que permeiam são: como posso relacionar essa teoria à educação? De que maneira ela impacta a juventude que está na escola? A Teoria Queer articulada à educação, nos permite revelar diferenças através do processo que a produz, fugindo dessa lógica de demarcação de corpos e identidades como figuras exóticas que estão fora da norma. Assim diz Guacira Louro: “Uma pedagogia e um currículo queer estariam voltados para o processo de produção das diferenças e trabalhariam, centralmente, com a instabilidade e a precariedade de todas as identidades” (2001, p.550).

Portanto, essas diferenças estariam sendo percebidas como uma relação de mutualidade, enquanto percebidas num mesmo campo discursivo, onde o eu e o outro estivesse interligados.



A diferença seria um elemento essencial na construção dessa abordagem, pois é ela que rege o jogo político ao qual está presente com interesses, disputas e conflitos que permeiam os sujeitos e a construção de seus lugares.

Desta forma, essa polarização entre o heterossexual/homossexual seria interrogada e percebida como a primeira, estaria no lugar de naturalização e de superioridade, e esse lugar parte de um processo pelo qual alguns sujeitos são marginalizados enquanto outros seguem uma normalização. Entrando assim em questões de sexualidade como Guacira Louro frisa:

Problematizar, também, as estratégias normalizadoras que, no quadro de outras identidades sexuais (e também no contexto de outros grupos identitários, como os de raça, nacionalidade ou classe), pretendem ditar e restringir as formas de viver e de ser. Pôr em questão as classificações e os enquadramentos (Louro, 2001, p.551).

É importante também, conhecer como o campo educacional é ainda permeado por um conhecimento que gera ignorâncias e limita apenas a um olhar binário e heterossexual. Esse olhar crítico é uma posição que está presente a partir do movimento teórico decolonial que busca essa desconstrução de estruturas de pensamento que replica a dominação colonial e provoca a hierarquização de narrativas históricas, sujeitos e culturas.

Em conclusão, para a compreensão dessa epistemologia de forma prática e seu impacto sobre a juventude no meio escolar nos debruçamos sobre algumas questões levantadas na primeira oficina do Projeto de Extensão a mesma intitulada: “Refletindo Identidades e Juventudes”, assim, a oficina foi vivenciada em dois momentos; no primeiro momento foi um processo de ter uma conversa sobre juventude e as suas diversas vivências e como que os discentes se sentem com relação ao conceito ou ideia de ser jovem.

Pensar a juventude enquanto identidade é provocar nos discentes a problematização de como grupos e instituições produzem discursos que ajudam a criar sentidos, mas também desigualdades e exclusão. A figura do jovem sempre esteve presente em nossa história? A partir de que momento a preocupação com essa categoria surge? Quais são as preocupações ao longo dos governos em torno dos jovens? Como que a vivência de ser jovem se modifica dependendo do lugar social, econômico ou cultural desse sujeito?

É importante frisar que a oficina aconteceu após um primeiro momento que aplicamos um formulário para conhecer a multiplicidade de sujeitos, e seus lugares de conhecimento, bem



como, as estratégias e materiais que gostaríamos que utilizássemos para maior aprimoramento e participação dos alunos.

Ao decorrer dessa oficina e com o compartilhamento dos relatos dos colegas de sala, é visível como levantou importantes debates sobre os jovens e seus lugares; questões como sexualidade e lugares de pertencimento; o desamparo com relação a alguns alunos homens que se sentem frustrados quando rompem posições de rigidez masculina, demonstram sentimentos ou sensibilidade e como isso impacta suas relações com os pais e com seu ciclo de amigos; além de questões masculinas o público da sala expôs como é difícil ser jovem e como tem tido cobranças com relação a futuro e seu lugar em sociedade como a juventude muda a partir de seu lugar.

Ao serem questionados sobre o espaço escolar e o acolhimento das identidades muitos disseram que o espaço não supre essa demanda, que por mais que tenha a escola não dá conta de ter uma postura de reconhecimento desses sujeitos. Além disso, uma frase de um discente marcou um ponto importante na discussão em que estivemos em sala, o mesmo disse: “A partir das diferenças da escola compreendemos a diferença da sociedade”. É o que Berenice Bento argumenta:

A escola não é uma ilha. Embora saibamos que historicamente tem cumprido principalmente o papel de reprodutora de uma visão naturalizada das relações sociais, notamos que os debates que atravessam a sociedade brasileira também podem se sentir nas salas de aula (Bento, 2011, p.558).

Dessa forma, ao longo das discussões e oficinas em sala emergiram diversos discursos, tanto que estão dentro de uma lógica normativa quanto de sujeitos que expressam sua identidade e narrativa. A escola enquanto lugar permeado por identidades e sujeitos jovens, estão dentro de lugares e pautas importantes, os alunos trazem demandas que anseiam por esclarecimento de algumas representações e discursos sociais mas cercados por um discurso normatizador tem dificultado a compreensão.

Muitos alunos rompiam seus discursos normatizadores com o silêncio quando outro discente se fazia presente se afirmando e frisando a influência que discursos normativos causam em suas identidades, era possível presenciar os dois lados e como partem de uma conjuntura diferente com referências e interesses; a Teoria Queer nos possibilitou essa atmosfera de



discursos em sala, tão importante porque ao fim de cada oficina os alunos puderam perceber que os dois lados partem de uma única rede discursiva e que é construída em *locus* de interesses, mecanismos e sobretudo sobre óticas históricas, não é uma opinião solta, é fruto de debates e difusão de uma ideologia.

As oficinas e os embates em suas aplicabilidades

Ademais, utilizar as leituras sobre a Teoria Queer possibilitou à equipe extensionista a desconstrução de muitos embates que viriam a se mostrar no ambiente escolar durante o nosso período de participação, a exemplo da ideia do que é ser homem e o que é ser mulher, assim como quais locais cada grupo deveria ocupar nos espaços de poder. Antes de focar na elaboração e aplicação das oficinas, pretendemos ressaltar como o projeto chega à sala de aula e como manter um vínculo acabou se tornando uma das nossas principais dificuldades.

Os encontros se iniciaram após alguns questionamentos sobre os dias de realização, a escola por estar em uma espécie de rodízio semi-presencial das turmas, devido a algumas problemáticas no espaço físico, nos deixou com poucos momentos e muitas turmas. A ideia inicial seria duas turmas e acabamos ficando com oito a pedido da escola. Os nossos encontros passaram a acontecer nas segundas-feiras, com 45 minutos de duração. Decidimos acatar o solicitado pela escola, mas entendemos nesse momento que teríamos mais um empecilho, abarcar todas as turmas em um tempo curto e conseguir concentrar um conhecimento prévio das turmas para ocasionar em uma conexão mais intensa.

Foi pertinente e inquestionável realizar diálogos que fizessem os alunos refletirem sobre suas realidades e seus lugares de fala. Iniciar nossos encontros através do entender as Juventudes foi imprescindível para fomentar suas existências, mostrar como suas realidades também perpetuam a vida de outros jovens, e como ser jovem é questionar as barreiras que foram e ainda são impostas àqueles que se mostrem fora da ótica binária de gênero.

Para discutir o que seria Gênero e Sexualidade, questionamos os alunos sobre como esses entendiam e definiam tais nomenclaturas. Através dos formulários notamos que estava presente a confusão sobre ambas as definições, muitos discentes responderam que havia um enorme descaso sobre essas temáticas em sala de aula, por estarem longes das questões



trabalhadas na escola, se sentindo inseguros, e por esse motivo não estariam confiantes em construir as definições.

No que concerne às definições, traçamos uma linha do que seria Identidade, e como esta se desenvolve e se transforma no decorrer da vida. A identidade estaria relacionada com a forma que nos vestimos, como nos expressamos, com quem nos relacionamos. Entender o ser jovem é presenciar o mais forte percentual da identidade. Quando escolhemos a temática, a pretensão é evidenciar como esta se localizaria na história. As movimentações jovens durante a história transformaram suas identidades em lutas e ganhos. Diversos direitos foram conquistados através de jovens que enxergavam o passado e se viram descontentes com a continuação da realidade dos seus parentes e sua própria no futuro. Inicialmente, questionamos se a figura do jovem sempre esteve presente em nossa história.

Buscamos refletir como as vivências do ser jovem se modificam a partir do seu lugar social, econômico e cultural de cada sujeito. Partimos do pressuposto que os discentes iriam se manifestar a respeito de cada lugar seguindo à sua própria vivência, e foi o que ocorreu. Algumas turmas falaram de suas vivências na escola e fora dela, entendendo a ideia de permanência e mudanças históricas durante a construção das suas identidades. Ressaltando que ser jovem a 50 anos atrás seria diferente de se definir jovem na contemporaneidade. Ser jovem para os discentes significa se colocar em cheque e criticar seus espaços de pertencimento, suas falas e até mesmo a própria identidade.

Na oficina intitulada “O que algumas mídias falam sobre Gênero e sexualidade” buscamos trazer a problematização a partir do que os discentes possuem de conhecimento prévio sobre questões relacionadas a gênero e sexualidade. Nas oficinas em que tratamos de questões mais conceituais, principalmente as mulheres e o público LBTQIAP+ se posicionaram de forma crítica. Já os homens pouco se posicionaram, e as falas mais evasivas e preconceituosas partiram desses. Essas atitudes nos levou a pensar que o posicionamento desse grupo não se dava necessariamente pela falta de acesso ao conhecimento, mas por questões políticas, e pelo lugar de privilégio que muitos ocupam.

Pensando no lugar de privilégio destes alunos, a nossa estratégia se pautou em construir as oficinas finais por temáticas que permitissem o questionamento do lugar de produção desses preconceitos, bem como, de suas ações. É sabido que tais motivações levariam as discussões



do que consumimos através das mídias. A oficina foi organizada a partir da impressão de letras de músicas sexistas, e produções musicais que frisassem a representação da comunidade LGBTQIAP+, assim como propagandas para que os trios escolhessem o que mais chamou a atenção e produzissem uma fala a respeito da problemática evidenciada.

As propagandas selecionadas davam uma ideia de inversão de papéis de submissão feminina ao homem, o objetivo central não é pensar os homens no lugar subalterno, mas chocar como seria se fosse o contrário. Bem como pretendemos, as turmas interpretaram as letras e propagandas a partir do seu lugar de percepção, o que desencadeou críticas. As propagandas foram as que mais chamaram a atenção das turmas, ressaltando a maneira como haveria uma repetição da submissão, só que dessa vez pelos homens.

Essa oficina em especial foi primordial para trazer à tona como inverter uma ótica introduzida na sociedade, tida como normal, pode criar espaços de reflexão dos padrões construídos a partir da História de quem detém o poder. Foi fulcral estabelecer leituras que nos permitissem enxergar o cenário como produtivo, na tentativa de chocar a realidade dos discentes, já que estes se fizeram presentes nas discussões de releitura de suas próprias opiniões e verdades absolutas.

Partimos da Teoria Queer e nos encontramos no giro decolonial para pensarmos a juventude contemporânea. Tornou-se interessante desenvolver uma discussão através do texto da Maria Lugones (2019), compreendendo a conjuntura que engloba as relações de gênero e sexualidade. A partir da leitura de “Colonialidade e Gênero”, nos preocupamos em compreender como as interações que pairam gênero também caminham para raça e classe, assim como a indiferença que todos os espaços de discussão sobre gênero acabam tratando a problemática relacionada às mulheres não brancas.

Adentramos o percurso de reflexão sobre a colonialidade com o objetivo de dialogar com as perspectivas que fogem da estrutura colonial, a idealização branca de um mundo civilizado as custas da exploração e assassinato dos povos originários. Analisando o colonial e toda sua construção social encontramos o decolonial, como aquele que nasce sendo uma aversão ao esqueleto construído nos arcabouços europeus da sociedade. Contudo, Maria Lugones nos proporcionou enxergar as vítimas estruturais que permanecem na contemporaneidade. Vítimas essas que não se puseram facilmente a dominação colonizadora.



É interessante notar que essas comunidades, tanto as que estão em grandes centros urbanos do mundo (como Brooklyn, Los Angeles, Cidade do México, Londres) quanto as que estão nas comunidades rurais indígenas (do Novo México, do Arizona, da Mesoamérica, da região Andina, da Nova Zelândia, da Nigéria), nunca aceitaram a invasão colonial passivamente. Entendo a indiferença diante da violência sofrida pelas mulheres em nossas comunidades como uma indiferença diante das transformações sociais profundas em nossas estruturas comunitárias, e por isso totalmente relevantes à recusa da imposição colonial (LUGONES,2019, p.51).

A recusa à imposição colonial citada por Lugones descreve como tamanha força foi depositada para enfrentar a violência do europeu colonizador. Para além da colonização enquanto ato impactante, as suas marcas perduram nas estruturas, viabilizando uma indiferença às mulheres não brancas e as relações de poder estabelecidas sobre suas vidas. Tendo como pressuposto a significação decolonial, cedemos os espaços das oficinas para pensar não apenas Gênero e sexualidade, mas também a construção social das mulheres não brancas, as lésbicas, as bissexuais e as transgêneros com suas lutas que atravessam as barreiras do corpo social.

A partir do feminismo decolonial viabilizamos as possibilidades de pensar o feminismo como um movimento plural e diversificado, questionando o fato de que estivemos centradas em apenas um locus de pertencimento deste movimento, o feminismo branco e europeu. A autora Ochy Curiel (2019) foi importante para a construção do feminismo decolonial, criticando a perspectiva Colonial e elaborando uma crítica ao feminismo hegemônico que conhecemos.

O feminismo decolonial, retomando boa parte dos postulados do giro decolonial e dos feminismos críticos, nos oferece uma nova perspectiva de análise para entendermos de forma mais complexa as relações e entrelaçamentos de “raça”, sexo, sexualidade, classe e geopolítica. Essas propostas, feitas principalmente por feministas indígenas e de origem indígena, afrodescendentes, populares, feministas lésbicas, entre outras, têm questionado as formas como o feminismo hegemônico, branco, brancomestiço e com privilégios de classe entende a subordinação das mulheres, a partir de suas próprias experiências situadas, reproduzindo o racismo, o classismo e o heterossexismo em suas teorias e práticas políticas (CURIEL,2019, p.124).

Levando em consideração as leituras decoloniais, percebemos que assim como Maria Lugones, Ochy Curiel (2019) ressalta como as relações de submissão estão presentes nas estruturas e nos próprios movimentos sociais. O feminismo deixa de ser uma luta em prol dos direitos igualitários para as mulheres e passa a ser entendido como um movimento com engajamento apenas para mulheres brancas, definidas como mulheres e situadas na sociedade,



mesmo que de forma submissa. As mulheres indígenas, afrodescendentes são desconsideradas e deixadas em um espaço vazio, sem nenhum vínculo.

No que cerne o feminismo decolonial, utilizamos a quebra das estruturas já conhecidas pelos discentes do que seria o feminismo, de acordo com nossas leituras, propomos abrir um espaço de diálogo em que os próprios discentes consigam ter um olhar crítico sobre seu conhecimento prévio do movimento feminista. A perspectiva colonial de enxergar o mundo se tornou a dominante, e por este motivo acaba silenciando a existência de outras, a exemplo do feminismo negro.

Para trabalharmos o olhar decolonial, realizamos oficinas que fugissem da ótica dominante do que seria gênero e sexualidade. Entendemos o gênero como uma construção social que utiliza da definição biológica e do aspecto religioso para idealizar gênero e sexualidade. No entanto, produzir momentos de conversação entre essas temáticas não foi tão fácil como parece. Os discentes poderiam se sentir invadidos ou não representados nos métodos utilizados para a elaboração das oficinas, e foi por este motivo que estivemos preocupados em sugerir um âmbito seguro para serem colocadas todas as questões que nortearam nossos encontros.

Projetamos uma oficina, na qual intitulamos de “Feminismo Negro”, esta seria responsável por mostrar que a modernidade ao se utilizar da matriz colonial, ao invés de levar emancipação e liberdade, justificou a hierarquização dos povos e das relações de trabalho a partir da raça e da heteronormatividade compulsória. Essa forma de organizar o mundo permanece não mais com o colonialismo, mas com a colonialidade. E exercer o contrário a partir do trabalho docente é uma tarefa difícil, por este motivo entendemos a importância da leitura e discussão das perspectivas decoloniais.

Pela classificação da modernidade/colonialidade a mulher negra não seria uma mulher, estando excluída, portanto, da possibilidade de relações de gênero. Considerando que o conceito universal de mulher se refere a mulher branca, podemos afirmar que a exclusão da mulher negra foi estabelecida desde as categorias definidas pela própria modernidade/colonialidade (LUGONES, 2014, p. 937).

De acordo com María Lugones (2014), às mulheres não brancas carregam consigo o pior do colonialismo. Para além das relações de exploração humana, as mulheres negras



conhecem a submissão e o esquecimento, já que o próprio conceito de mulher se referiu por muito tempo apenas para mulheres brancas. A exclusão das mulheres negras ressalta a necessidade de fazermos uma releitura do feminismo. Seguindo esse caminho teórico, pensamos em colocar para os discentes nomes diversos de mulheres brancas e pretas que realizaram alguma ação importante, seja no campo das artes, da ciência ou qualquer outro feito na história.

A ideia é que os próprios alunos possam perceber que mesmo ainda existindo desconhecimento de algumas mulheres brancas, as pretas são ainda mais esquecidas e que mesmo que o gênero seja um marcador permeado pelas relações de poder, quando envolve o marcador racial, as mulheres negras se tornam a base da desigualdade social. Lucas de Oliveira Maciel discorre acerca de como a interseccionalidade pode ser um caminho para refletir a problemática dos sistemas de opressão, onde podemos pensar a exclusão das mulheres negras.

Dessa forma, por vezes, a interseccionalidade aparece como um método de se compreender os contatos entre sistemas de opressão. Contudo, aparece também, outras vezes, como os próprios sistemas de opressão em seus pontos de contato. Na última citação que trouxemos, ela é simultaneamente um método de apreender tais sistemas, a teoria que os descreve e instrumento de combate. (OLIVEIRA, 2019, p.9).

Ademais, pensando a interseccionalidade como um método, utilizamos algumas charges e índices que permitam discutir como em nossa sociedade percebemos as questões de classe, raça e gênero. Escolhemos a imagem de Marie Curie, uma mulher reconhecida por ter sido um ícone na história da ciência, responsável por descobrir alguns elementos da tabela periódica.

A ideia era trazer algumas imagens de mulheres brancas que foram importantes para a história, mesmo sendo pouco conhecidas devido a supremacia da valorização do patriarcado e da figura masculina, e algumas mulheres pretas pouco conhecidas ou totalmente apagadas da história, mas que firmaram sua importância no mundo. Mulheres poderosas, que foram rainhas e lideraram lutas em prol da libertação da escravidão.

Imaginamos um cenário onde grande parte das turmas não iriam reconhecer mulheres como a rainha Ginga, que liderou seu povo na luta contra a colonização portuguesa em seus reinos. Nomes como o de Dandara e Tereza de Benguela foram fundamentais para os quilombos formados no Brasil, e mesmo com tamanha luta não foram reconhecidas em sala de aula pelas turmas. Porque o livro didático pouco abre espaço para o feminismo negro, porque o próprio



feminismo não se preocupou por muito tempo com essa parcela feminina que mais sentiu o racismo e o machismo.

Foi fundamental abrir esse espaço de diálogo com imagens, já que sabíamos que seria uma metodologia que funcionaria, onde teríamos mais participação. Esta oficina foi aplicada dia 20 de novembro, não coincidentemente é o dia da Consciência Negra. Não pretendemos reformular a velha e permanente ideia de que temas como estes devem ser discutidos apenas em datas específicas. O principal objetivo foi trabalhar exatamente a reformulação dessa permanência, já que são temas tidos como carentes de acordo com os alunos. Estabelecemos espaços de conversação capazes de trabalhar e conscientizar sobre a importância de pesquisar mais sobre a história para além do que temos nos currículos escolares, e criticar a falta de discussões sobre Gênero e sexualidade no âmbito escolar.

As discussões e os planejamentos das oficinas foram cruciais para entendermos as questões que rodeiam o ensino e a escola, assim como desenvolver um vínculo capaz de ressaltar a criticidade dos alunos sobre gênero e sexualidade, percebendo a questão racial como extremamente necessária para compreender a opressão instituída pela colonização, pelo patriarcado e machismo. Entendemos a Escola como um espaço com uma pluralidade de identidades, tendo noção sobre a diversidade existente neste âmbito concluímos a tamanha necessidade de diálogos como estes.

Considerações finais

Por conseguinte, com alguns resultados da aplicação de oficinas do projeto de extensão, compreendemos que levar esse debate para a sala de aula é de suma necessidade para fomentar a discussão entre os alunos, principalmente quando nos deparamos com situações de opiniões controversas vindo destes. Esse pouco acolhimento mostra o quanto ainda é escassa e limitada a discussão sobre gênero e sexualidade nas escolas, e é preciso voltar para esse campo e pensar em novas estratégias pedagógicas que atualizem o debate com novas problemáticas e que possam incluir o aluno na produção. E para levantar essa discussão, é preciso entender suas construções históricas e sociais, entender como o controle dos corpos foram sendo moldados durante os séculos, mudando a cada sociedade e cultura, e para isso a teoria queer e decolonial,



juntas, nos auxiliam a construir um entendimento e uma análise mais precisa das problemáticas em pauta.

Traçando um caminho com o queer e o decolonial lado a lado, conseguimos enxergar as questões de gênero e sexualidade para além do que nos é dado num primeiro momento, uma teoria complementa a outra na leitura que buscamos fazer dos corpos em sua bagagem social, cultural e histórica. Não sendo pensamentos fechados, mas pelo contrário, abertos a novos caminhos e sendo um campo em construção, o queer e o decolonial nos permitem ir ao encontro de outros corpos, outras histórias, outras realidades, outras formas de pensar e de ser.

A crítica que esses dois movimentos buscam fazer, abre espaço para novas possibilidades de pensar o outro e suas vivências, desconstruindo com as concepções heteronormativas e as hierarquias coloniais de gênero e raça. Assim, quando essas teorias se encontram, podemos também criar novos caminhos para pensar nos debates de gênero e sexualidade no espaço escolar, onde podemos ampliar nossa visão e construir discussões que estejam abertas para pensar as múltiplas existências do outro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BUARQUE, Heloísa de Holanda. Pensamento feminista hoje, perspectivas decoloniais. Colonialidade e Gênero. **Bazar do tempo**, p 51-77, 2019.

BUARQUE, Heloísa de Holanda. Pensamento feminista hoje, perspectivas decoloniais. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. **Bazar do tempo**, p 124-143, 2019.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, p. 549-559, 2011.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica**, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista estudos feministas**, v. 9, p. 541-553, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. A necessidade da subversão: a teoria queer na educação. **Estudos Feministas**, v. 14, n. 1, p. 305-323, 2006.



MONTEIRO, A. M. F. C; PENNA, F. A. **Ensino de História: saberes em lugar de fronteira.** Educ. Real., Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 191-211, jan./abr., 2011

OLIVEIRA, Lucas Maciel. A interseccionalidade de Carla Akotinere e o marxismo: apontaremos críticos a partir de Marx Lukács e Chasin. **Práxis Comunal**, v. 2, n. 1, p 1-26, 2019.

NAS TRILHAS DO SERTÃO: MULHERES, LUTA PELA TERRA E O LEGADO DO ASSENTAMENTO PADRE CLEIDES

Maria de Fatima Carlos de Oliveira
Graduanda em Licenciatura em Geografia pela UFCG
maria.carlos@estudante.ufcg.edu.br

Maria Vitória Avelino Vieira
Graduanda em Licenciatura em Geografia pela UFCG
vitoria.avelino@estudante.ufcg.edu.br

Mara Edilara Batista De Oliveira
CARTONOMIA/UNAGEO/CFP/UFCG
mara.edilara@professor.ufcg.edu.br

Resumo: O presente artigo propõe uma reflexão sobre a trajetória histórica do papel das mulheres na luta pela terra e especialmente junto à Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Semiárido da Paraíba. Teremos como recorte específico de pesquisa o papel da luta dessas mulheres no Assentamento Padre Cleides, localizado no município Santa Helena-PB. Como fundamentação teórica iremos recuperar o processo histórico de luta pela terra e o papel da mulher desde as Ligas Camponesas, conhecendo essas mulheres que tiveram papel central nessa história. Assim como buscaremos entender o papel da Igreja na luta pela terra, por meio da CPT, considerando sua relação com as transformações políticas da época. O recorte voltado para a atuação das mulheres no Assentamento Padre Cleides nos ajudará a dar ênfase à relevância das mulheres, seu papel vital na luta pela terra, bem como suas contribuições para as atividades produtivas, reivindicando seus direitos e desafiando os estereótipos do gênero.

Palavras-chave: Luta pela Terra; Feminismo Rural; Interseccionalidade; Movimentos Sociais.